



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público
Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos

EDITAL nº 317/2020

EDITAL PARA EXAME DE SELEÇÃO PÚBLICA DE ACADÊMICOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO DEVIDAMENTE CONVENIADAS COM A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 11.788/2008, pela Resolução CNMP nº 42/2009 e pela Resolução PGJ nº 30/2018, torna público que serão abertas as inscrições para a seleção pública destinada ao preenchimento de vagas de estagiários de pós-graduação em Direito do Ministério Público de Minas Gerais e à formação de cadastro de reserva, nos termos deste Edital.

1. Das vagas

A seleção pública regulada por este Edital destina-se ao preenchimento de uma vaga de estagiário de pós-graduação em Direito existente na 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Patos de Minas, assim como à formação de cadastro de reserva, observando-se, para a classificação, o disposto no item 07 deste Edital.

2. Da bolsa-auxílio

O candidato aprovado fará jus à bolsa-auxílio no valor de R\$ 1205,00 (mil duzentos e cinco reais) e a auxílio-transporte no valor de R\$ 9,00 (nove reais) por dia de atividade efetivamente exercida.

3. Dos requisitos para a nomeação

Para ser nomeado como estagiário, o interessado deverá:

- a) ser estudante de curso de pós-graduação em Direito em instituições de ensino devidamente registradas nos órgãos competentes e conveniadas com a Procuradoria-Geral de Justiça, cujo projeto pedagógico de curso de pós-graduação tenha previsão de estágio
- b) ser estudante de curso de pós-graduação em áreas de conhecimento compatíveis com as atribuições da unidade do MPMG onde serão exercidas as atividades de estágio;
- c) ter disponibilidade de 5 (cinco) horas diárias, de segunda a sexta-feira, no período da tarde;
- d) ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário do Ministério Público;

4. Das inscrições

4.1 As inscrições serão realizadas no período de 01/10/2020 a 23/10/2020.

4.2. Para requerer sua inscrição, o candidato deverá encaminhar o pedido para o endereço eletrônico 5pjpato@deminas@mpmg.mp.br, aos cuidados de Izabella Sant'Anna Borges, informando:

- a) nome completo;
- b) data de nascimento;
- c) número de documento de identidade (cujo original será usado para a realização da prova);
- d) endereço eletrônico (e-mail) e telefones de contato;
- e) instituição de ensino e curso em que está matriculado;
- f) informação da experiência jurídica, se possuir, com o nome da entidade, o período de atuação e a função assumida;
- g) indicação da experiência acadêmica, se possuir, com o nome da instituição, o período de atuação e a função assumida.

4.3 O pedido de inscrição encaminhado sem os itens *a*, *b*, *c* ou *d* será desconsiderado.

4.4 Para a solução de qualquer problema na inscrição, o candidato deverá entrar em contato pelo telefone (34) 3814-0267.

4.5. É de responsabilidade do candidato a manutenção do e-mail, telefone e dados curriculares atualizados, para viabilizar os contatos necessários.

4.6. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação das normas preestabelecidas do certame.

4.7. A constatação, em qualquer época, de ausência de convênio, de irregularidades, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração na inscrição, implicará a eliminação do candidato, cancelando-se sua inscrição e anulando-se todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

5. Do processo de seleção

5.1. O processo de seleção compreenderá uma prova teórica, de caráter eliminatório e classificatório, composta por questões objetivas e/ou discursivas, envolvendo os seguintes temas: DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO Conceito de norma jurídica: diferenças entre regras e princípios; Princípio da proporcionalidade: regra da ponderação e de solução de conflitos entre princípios; Classificação das constituições: escritas, costumeiras, rígidas, flexíveis, semi-rígidas, outorgadas, promulgadas, dirigentes, garantistas, analíticas; Princípios institucionais do Ministério Público: tipologia e conceitos; Funções institucionais do Ministério Público: tipologia e conceitos; Mandado de segurança, mandado de injunção, habeas corpus, habeas data: conceitos e funções dos writs constitucionais; Controle de constitucionalidade difuso e concentrado: características e diferenças; Poderes administrativos: conceito, tipologia e atributos; Princípios da administração pública: tipologia e conceitos; Ato administrativo: conceito e características; Diferença entre revogação e anulação do ato administrativo; Conceito de serviço público; Conceito de Poder de Polícia. Distinção entre Polícia administrativa e Polícia Judiciária, Desapropriação. Modalidades. Objeto. Natureza Jurídica. Retrocessão. Licitação. Modalidades. Objeto. Natureza Jurídica. Revogação e anulação. Dispensa e Inexigibilidade. DIREITO CIVIL Pessoas. Personalidade. Capacidade; Direitos da personalidade. Natureza Jurídica. Características. Classificação. Tipificação; Coisas e bens. Definição. Classificação; Fato jurídico, ato jurídico e negócio jurídico: definições; Ato ilícito: conceito e pressupostos da ocorrência. Responsabilidade civil; Direito das coisas: propriedade, posse e direitos reais sobre coisas alheias. Casamento. Regime de bens: tipologia e

diferença entre os regimes; Conceito de pacto-antenupcial; Divórcio: tipologia (por conversão e direto) e requisitos legais e constitucionais; Poder familiar: conceito, perda e suspensão; Conceito de guarda, Conceito e tipologia dos alimentos; Conceito de inventário e princípio da saisine; Conceito e tipologia dos testamentos; DIREITO PROCESSUAL CIVIL Jurisdição e ação; Condição e elementos da ação; Diferença entre ação dúplice e reconvenção; Prova: ânus e tipologia; Legitimação ordinária, extraordinária e substituição processual; Nulidades processuais. Tipologia; Litisconsórcio: tipologia; Da formação, suspensão e extinção do processo; Título executivo: conceito e tipologia; Execução provisória: conceito e hipóteses. DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSO PENAL Aplicação da Lei Penal (arts. 1º a 12 do Código Penal); Teoria do Crime (arts. 13 a 25 do Código Penal); Imputabilidade Penal (arts. 26 a 28 do Código Penal); Concurso de Pessoas (arts. 29 a 31 do Código Penal); Das Penas (arts. 32 a 95 do Código Penal); Das Medidas de Segurança (arts. 96 a 99 do Código Penal); Da Ação Penal (arts. 100 a 106 do Código Penal); Da Extinção da Punibilidade (arts. 107 a 120 do Código Penal); Dos Crimes contra a Pessoa (arts. 121 a 154 do Código Penal); Dos Crimes contra o Patrimônio (arts. 155 a 183 do Código Penal). Do Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP); Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP); Da Competência (arts. 69 a 91); Das Questões e Processos Incidentes (arts. 92 a 154); Da Prova (arts. 155 a 157 do CPP); Da Prisão e da Liberdade Provisória (arts. 282 a 350 do CPP); Das Citações e Intimações (arts. 351 a 372 do CPP); Da Sentença (arts. 381 a 393 do CPP). LEGISLAÇÃO ESPECIAL Decreto-Lei n. 3.688/41 (Lei de Contravenções Penais); Lei n. 6.938/81 (Política Nacional de Meio Ambiente); Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública); Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor); Lei n. 9.099/95 (Lei do Juizado Especial); Lei n. 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais); Lei n. 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação); Lei n. 11.445/2007 com a redação dada pela Lei n.14.025/2020 (Lei de Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico); Lei Nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); Lei n. 12.651/2012 (Código Florestal); Lei n. 12.850 (Lei de Combate a Organizações Criminosas); Lei n. 13.964/2019 (Lei Anticrime - Aperfeiçoamento do Sistema Penal e Processual Penal).

5.2. A prova será aplicada no dia 27/10/2020 às 13 horas, por meio de ambiente virtual criado por chamada de vídeo em aplicativo a ser posteriormente indicado.

5.3. O candidato terá o prazo de 4 horas para concluir a prova.

5.4. Será considerada, na avaliação, a escrita, de acordo com as regras da Língua Portuguesa.

5.5. Será permitida consulta à legislação seca.

5.6. Para a realização das provas, o candidato deverá comparecer ao local previsto com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência, munido do original do documento de identificação usado na inscrição, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis e borracha.

5.7. Durante a realização das provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos, mediante verificação do documento de identidade e da coleta da assinatura.

5.8. Para a realização das provas, o candidato deverá:

- a) escolher ambiente silencioso e isolado, para realização da prova;
- b) estar disponível no ambiente virtual com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência, munido do original do documento de identificação usado na inscrição, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, folhas de papel brancas e o material de consulta permitido;

5.9. Antes da realização das provas, serão adotados os procedimentos de verificação:

- a) da identificação civil dos candidatos, mediante verificação do documento de identidade;

- b) do local escolhido pelo candidato para realização da prova;
- c) das folhas brancas e materiais a serem utilizados para realização da prova;
- d) do material de consulta.

5.10. Não será admitida a realização de prova pelo candidato que:

- a) não apresentar o original do documento de identidade usado na inscrição, que deverá conter foto recente, filiação e assinatura;
- b) que se apresentar após o horário indicado no item 5.8.

5.11. Será excluído do exame o candidato que: a) se negar ao cumprimento das verificações previstas no item 5.9;

- b) se identificar na folha de respostas;
- c) se retirar do campo de visão gerado na chamada em vídeo;
- d) for colhido em flagrante comunicação com outra pessoa;
- e) utilizar notas, livros, impressos ou qualquer meio de consulta não autorizada;
- f) desativar áudio ou vídeo de sua respectiva chamada;
- g) utilizar qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação, excetuando o dispositivo utilizado para realização da chamada de vídeo, exclusivamente para tal fim;
- h) desrespeitar os fiscais de prova ou qualquer dos pleiteantes à vaga de estágio.

5.12. É recomendável ao candidato que encerrar a prova antecipadamente o aguardo da finalização de todos os demais candidatos, antes do encerramento da chamada de vídeo.

5.13. Será feita entrevista, de caráter classificatório e eliminatório, 5 (cinco) dias úteis após a data da divulgação do resultado final das provas escritas, pessoalmente, na sede da 5ª Promotoria de Justiça, situada na Rua Major Gote, nº 1.022, 7º andar, sala 706, centro, Patos de Minas/MG.

5.13.1. A entrevista constará de 5 (cinco) perguntas sobre atualidades e direito, conforme conteúdo programático definido no item 5.5 deste edital. Serão avaliados o conteúdo das respostas, a segurança com que o candidato se manifesta e a postura durante a entrevista.

6. Da avaliação da prova e classificação dos candidatos

6.1. Será atribuída à prova escrita a nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

6.2. Será reprovado o candidato que não obtiver o mínimo de 60 (sessenta) por cento dos pontos distribuídos na prova escrita.

6.3. . Será atribuída à entrevista a nota de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

6.4. A classificação será obtida pela ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados, somadas as duas etapas, que serão nomeados para ocupar as vagas disponibilizadas obedecendo-se estritamente a essa ordem.

6.5. No caso de empate na pontuação, terá preferência o candidato que tiver maior idade, assim considerando ano, mês e dia de nascimento.

6.6. O resultado do processo de seleção será divulgado no Portal do MPMG.

6.7. O recurso contra o resultado do processo seletivo deverá ser apresentado fundamentadamente, em até 3 (três) dias a contar da sua divulgação, pelo mesmo meio eletrônico utilizado na inscrição.

7. Da convocação

7.1. O candidato classificado será convocado, observando-se a classificação, conforme disposto no item 06 deste Edital.

7.2. A convocação oficial será feita por meio do endereço eletrônico informado na inscrição.

7.3. Após convocação, o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para se manifestar, podendo:

- a) aceitar a vaga ofertada;
- b) solicitar a reclassificação para o último lugar do cadastro de reserva;
- c) desistir do processo seletivo e ser automaticamente excluído do cadastro de reserva.

7.4. Em caso de recusa, reclassificação ou desistência, será convocado para a vaga o candidato seguinte na ordem de classificação.

7.5. A desistência tratada no item 7.3.c é irretratável.

7.6. Será considerado desistente o candidato que não responder a convocação no prazo estipulado no item 7.3.

7.7. A unidade demandante do preenchimento da vaga poderá realizar entrevista com o candidato convocado, sem prejuízo da classificação deste no processo seletivo.

7.8. Caso a unidade demandante opte pela não contratação do candidato convocado, pode-se fazer a convocação do próximo classificado, desde que o candidato preterido seja nomeado para outra unidade.

7.9. Caso aceite a vaga ofertada, o candidato deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da convocação no endereço citado no item 8.1, munido dos seguintes documentos:

- a) documento comprobatório atualizado de regularidade escolar, emitido pela instituição de ensino, com informação do tema, do prazo de duração ou data estimada para encerramento do curso de pós-graduação;
- b) comprovante de colação de grau no curso de Direito;
- c) formulário de solicitação de nomeação (modelo disponível no Portal do MPMG);
- d) declaração pessoal de disponibilidade de horário, inexistência de antecedentes criminais e compromisso de não-advocacia;
- e) cópia da carteira de identidade e do CPF;
- f) número da conta corrente ou universitária no Banco do Brasil;
- g) cópia de comprovante de endereço;
- h) exame médico admissional;
- i) comprovante de licenciamento profissional junto à Ordem dos Advogados do Brasil, caso tenha a inscrição.
- j) Foto digital, 3x4cm, em formato JPG, fundo branco e resolução mínima de 200 dpi.

7.10. Além dos documentos acima mencionados, o estagiário deve providenciar quatro vias do termo de compromisso e plano de estágio (modelo disponível no Portal do MPMG), a serem assinados pela instituição de ensino, pelo supervisor do estágio e pelo próprio acadêmico.

7.11. A falta de qualquer um dos documentos a que se referem os itens 7.9 e 7.10 implicará a não nomeação do candidato aprovado e à desistência tácita, ocasião em que será chamado o candidato seguinte na ordem de classificação.

8. Das disposições finais

8.1. Este Edital e a Resolução PGJ nº 30/2018 ficarão à disposição para consulta na unidade realizadora do presente processo seletivo, no seguinte endereço: Rua Major Gote, nº 1.022, 7º andar, sala 706, centro, Patos de Minas.

8.2. O prazo de validade desta seleção pública é de 2 anos, contado da data da divulgação do resultado final da seleção.

8.3. As nomeações serão feitas para início das atividades, observados os prazos previstos na Resolução PGJ nº 30/2018.

8.4. Todas as instruções, convocações e avisos relativos à seleção regida por este Edital serão divulgados na página do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio do *link* <http://www.mpmg.mp.br/aceso-a-informacao/estagios>.

8.5. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, do que determina as legislações vigentes de estágio, as Resoluções da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais e este Edital.

8.6. A contratação de candidato aprovado dependerá da conveniência para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

8.7. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Ceaf.

Belo Horizonte, 1 de outubro de 2020

Edson Ribeiro Baeta
Promotor de Justiça
Diretor do Ceaf

José Carlos de Oliveira Campos Júnior
Promotor(a) de Justiça
Responsável pelo Exame de Seleção Pública